

A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação

Maria Antônia de Souza

Universidade Tuiuti do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Educação

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Introdução

Este artigo originou-se da pesquisa intitulada “Educação e movimentos sociais do campo: análise do conteúdo das teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGED) no Brasil”. Uma das indagações da pesquisa diz respeito aos conhecimentos educacionais construídos nas teses e dissertações que focalizam educação e/no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), no período de 1987 a 2007. Para abordar a questão central da pesquisa, mapeamos as investigações defendidas e adquirimos a maior parte delas; depois mapeamos as instituições em que foram defendidas e os principais referenciais teóricos e, por fim, analisamos o conteúdo das pesquisas para tecer inferências sobre os enfoques teórico-metodológicos e sobre os conhecimentos que vêm sendo construídos.

Tomando como referência o fato de que as pesquisas sobre educação e/no MST têm sido intensificadas nos últimos anos, nossa intenção é demonstrar que as pesquisas geram conhecimentos educacionais

em três frentes, a saber: 1) prática pedagógica no âmbito escolar; 2) prática pedagógica no âmbito das relações sociais que caracterizam o movimento social em questão; 3) política pública e educação dos trabalhadores.

Para discutir os conhecimentos educacionais construídos nas teses e dissertações e trazer indicativos sobre os enfoques teórico-metodológicos, organizamos o texto em seis partes: 1) contextualização metodológica da pesquisa; 2) retrospectiva do debate sobre educação e movimentos sociais, com o intuito de relembrar os teóricos que marcaram as pesquisas na área; 3) breve discussão sobre a pesquisa em educação rural; 4) mapeamento das pesquisas voltadas à educação e/no MST: número de pesquisas por estado brasileiro e por instituição de educação superior; 5) caracterização das pesquisas defendidas nos PPGED, mediante classificação/agrupamento e apontamentos sobre os conhecimentos educacionais construídos; 6) indicação dos enfoques teórico-metodológicos predominantes: avanços e desafios na construção do conhecimento educacional.

Contextualização metodológica da pesquisa

No Brasil existem 83 PPGEDs, sendo 47 deles com mestrado e 36 com mestrado e doutorado. Eles estão assim distribuídos: 47% na Região Sudeste; 28% na Região Sul; 12% na Região Nordeste; 8% na Região Centro-Oeste e 5% na Região Norte. Pesquisas sobre educação e/no MST foram encontradas em 35 PPGEDs.

Para identificar as teses e dissertações que versaram sobre educação e/no MST percorremos quatro passos: 1) levantamento de dados junto ao Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); 2) levantamento de dados junto às bibliotecas digitais de teses e dissertações das universidades; 3) consulta a algumas coordenações dos PPGEDs com o intuito de localizar trabalhos na temática pesquisada; 4) consulta à lista de referências bibliográficas das teses e dissertações, de modo que fossem identificadas outras pesquisas concluídas. Mapeamos 150 trabalhos até o presente momento, sendo quatro deles oriundos de outras áreas do conhecimento (dois de serviço social, um de estudos da linguagem e um de desenvolvimento sustentável), mas que se dedicaram a compreender a educação na reforma agrária e no MST.

Dois procedimentos foram utilizados na localização e aquisição do material bibliográfico: 1) impressão dos trabalhos junto às bibliotecas universitárias (diretamente) ou por meio de acesso às bibliotecas digitais de teses e dissertações; 2) envio de mensagem eletrônica aos autores das pesquisas, cujo endereço eletrônico foi identificado no Banco de Teses da CAPES ou na Plataforma Lattes, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Para a análise do conteúdo, selecionamos pontos a serem observados no texto: 1) título, problemática e objeto de pesquisa; 2) objetivos e procedimentos metodológicos (tipo de estudo e técnicas de coleta de dados); 3) referencial teórico; 4) análise dos dados; 5) considerações finais e 6) lista de referências.

Partimos do pressuposto de que as pesquisas que discutem educação e/no MST revelam faces contraditórias da realidade educacional do país. São pesquisas que denunciam a marginalidade com que a educação dos povos do campo foi tratada na legislação educacional; anunciam as possibilidades pedagógicas da prática coletiva no movimento social e as possibilidades pedagógicas presentes nos projetos educacionais (educação de jovens e adultos; educação superior; educação infantil etc.) em desenvolvimento no país, oriundos das demandas e proposições dos movimentos sociais do campo. Mas é importante dizer que existem pesquisas que revelam fragilidade no que diz respeito ao processo de construção de conhecimentos educacionais, pois se deixam levar pela admiração em relação à prática educativa do MST e passam a descrever a experiência do grupo sem tecer análises críticas. A experiência do pesquisador é fundante da criticidade na construção dos conhecimentos. Vários pesquisadores têm organizado grupos de estudos e projetos em parcerias com os movimentos sociais objetivando contribuir com conhecimentos que possam fazer avançar políticas públicas (elaboradas) pelos trabalhadores do campo para eles mesmos. Esse fato fica evidente nas pesquisas, no referencial teórico e, mais detalhadamente, quando analisamos o currículo Lattes dos pesquisadores, quando constatamos seu envolvimento em projetos de pesquisa e projetos de extensão junto aos movimentos sociais.

Quanto aos objetos de estudo, no âmbito da educação e do MST, partimos do pressuposto de que eles são delineados por forte influência da dinâmica do movimento social, cujo formato da participação sociopolítica demonstra reivindicação, proposição e execução de experiências educativas. Muitos pesquisadores tiveram oportunidade de acompanhar experiências educativas no âmbito do MST e delas fazer emergir temas de pesquisa. Assim, a força política do MST, especialmente na luta por educação na reforma agrária, desperta inquietações nos pesquisadores.

Quando aos objetos de estudo, no âmbito da educação e do MST, partimos do pressuposto de que eles são delineados por forte influência da dinâmica do movimento social, cujo formato da participação sociopolítica demonstra reivindicação, proposição e execução de experiências educativas. Muitos pesquisadores tiveram oportunidade de acompanhar experiências educativas no âmbito do MST e delas fazer emergir temas de pesquisa. Assim, a força política do MST, especialmente na luta por educação na reforma agrária, desperta inquietações nos pesquisadores.

Educação e movimentos sociais

As pesquisas sobre movimentos sociais e educação foram consolidadas por influência de pesquisado-

res como Maria Malta Campos, Maria da Glória Gohn, Marília Pontes Sposito e Miguel Arroyo, para citar alguns. A criação do grupo de trabalho (GT) Movimentos Sociais e Educação na Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) contribuiu para a ampliação das reflexões sobre os movimentos sociais e as lutas por escola pública, além de fortalecer o debate sobre os aspectos educativos (no campo não-formal) presentes nos movimentos sociais. Pesquisadores como Sposito e Gohn foram (e são) relevantes por terem estudado os movimentos sociais, especialmente aqueles relacionados às demandas no espaço urbano e, nelas, as lutas por escola pública. A primeira estudou as lutas por escola pública em São Paulo, nas obras *O povo vai à escola* (1984b) e *A ilusão fecunda* (1993). A segunda estudou os movimentos sociais urbanos e, neles, as lutas por educação, como concepção ampla, a exemplo da obra *Movimentos sociais e educação*, publicada em 1992.

A temática dos movimentos sociais e educação foi marcada por textos que analisaram participação popular e escola pública. Como afirma Campos (1991):

Tradicionalmente, o pensamento educacional brasileiro acostudou-se a dividir seus temas em dois campos separados e até mesmo antagônicos: de um lado discutiam-se as questões educacionais vistas por dentro do sistema escolar; de outro, definia-se o campo da chamada educação popular, entendida como aquela que se dá fora do âmbito do Estado [...] ou seja, o tema das lutas sociais por educação formal estava excluído de ambos os campos de análise. (p. 57)

Sposito (1984a) mostrou que as reflexões sobre o caráter da educação popular não são recentes no Brasil e que foram influenciadas pelos trabalhos de Celso Rui de Beisiegel e Vanilda Paiva. Para a autora “as relações entre o Estado e as classes se modificam concretamente e a ação do próprio Estado é determinada pelas contradições observadas nas várias formas de organização da vida coletiva” (1984a, p. 16).

A mesma autora analisou as manifestações populares por escolas públicas, as lutas por ginásios, nas décadas de 1940 e 1950, destacando que eram lutas

difusas e organizadas, e que sua origem se dava nos bairros; portanto, as lutas por escola pública ocorriam no contexto das lutas existentes no espaço urbano, impulsionadas pelas contradições e distorções oriundas do processo de urbanização (Sposito, 1984b).

Arroyo (1989) escreveu um texto, intitulado “A escola e o movimento social: relativizando a escola”. Nele, o autor defende a educação como direito do trabalhador e afirma que “A exclusão do saber, sofrida pelo povo, não é fundamentalmente um problema de negação do saber escolar elementar para melhor ser dominado. A hegemonia nasce na fábrica e a luta pelo saber se insere nas próprias relações sociais de produção, passando pelo campo político” (1989, p. 17). Para o autor “o movimento de construção de uma sociedade alternativa implica a construção de um novo saber, de uma nova cultura, de uma nova concepção do mundo e dos sujeitos empenhados nessa construção” (Arroyo, 1989, p. 17). Nessa publicação, o autor falava da educação no contexto das lutas sociais, de que os trabalhadores se educam num processo de aquisição de uma identidade coletiva.

Rogério Cunha Campos (1989) analisou a luta dos trabalhadores por escola pública numa região industrial de Belo Horizonte e Contagem. O autor destacou que as lutas demonstravam a importância que os trabalhadores atribuíam à educação. Utilizou-se de autores que analisaram os movimentos sociais urbanos com o intuito de focalizar aspectos de contradição social e as relações entre Estado e sociedade. Além desses, Bomfim (1991) focalizou as lutas populares por escola pública e gratuita em Teresina, capital do Piauí. A autora analisou as lutas populares no contexto do processo de industrialização e urbanização vivido pelo Nordeste e pelo próprio Brasil no período de 1976 a 1986. Ao longo do texto, demonstrou que a relação entre o Estado e os movimentos sociais é estabelecida na interlocução entre esses elementos e que ambos, num movimento de contradições e mediações, atuam conforme a perspectiva de classe assumida por seus atores e as conjunturas políticas.

Em continuidade aos estudos sobre movimentos sociais urbanos, Gohn (1992) fortaleceu a discussão

sobre o caráter educativo dos movimentos sociais, apresentando uma concepção de educação que “[...] não se restringe ao aprendizado de conteúdos específicos, transmitidos através de técnicas e instrumentos do processo pedagógico” (p. 17).

Numa rápida análise das obras que trataram de lutas sociais, movimentos sociais e escola pública, encontramos os referenciais teóricos presentes nos anos de 1980, entre eles Celso Rui Beisiegel e Vanilda Paiva, que focalizavam a educação popular; Antonio Gramsci, especialmente a obra *Os intelectuais e a organização da cultura* (1968); os autores Adolfo Vázquez e Karel Kosik, especialmente a reflexão sobre práxis. Entre tais autores se destacam aqueles que pesquisavam os movimentos sociais urbanos, a exemplo de Manuel Castells, Jean Lojkin e Lúcio Kowarick, estudos que tinham como pressuposto as contradições do sistema capitalista e as discussões sobre a ampliação do espaço urbano e a demanda pela conquista e garantia dos direitos sociais. Um autor freqüentemente citado nos trabalhos é Paulo Freire, por suas contribuições sobre a educação popular e a concepção de educação problematizadora, necessária à classe trabalhadora.

O movimento acadêmico dos anos de 1990 continuou apresentando fundamentos teóricos oriundos da vertente marxista, a partir de autores como George Lukács, Antonio Gramsci e das obras do próprio Karl Marx. Mas, os anos de 1990 trouxeram também novas reflexões e teóricos, a partir de dois movimentos: um deles foi a própria dinâmica da sociedade, modificada no processo de construção democrática, com o surgimento e a ampliação de movimentos sociais que abarcaram diferentes temáticas; o outro foi o fortalecimento da presença dos autores europeus na análise dos movimentos sociais, a exemplo de Alain Touraine e Alberto Melucci, dois autores que têm influenciado as discussões desde a idéia de *atores coletivos*.

Foi nos anos de 1990 que as pesquisas sobre a educação e/no MST emergiram e se fortaleceram. Uma das primeiras pesquisas sobre educação no MST é de autoria de Roseli Salete Caldart (1987), defendida na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Na

Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), dois trabalhos marcaram o início das reflexões sobre educação e/no MST: Andrade (1993) e Souza (1994). Na Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), o primeiro estudo sobre o assunto é de autoria de Vendramini (1992). A educação do campo ganha novos estudos a partir da dinâmica produzida por um movimento social de expressão no cenário político. Quanto aos enfoques teórico-metodológicos, são pesquisas que fazem opção pelas categorias e pelos conceitos do materialismo histórico-dialético, muito em função do caráter de classe do MST. Assim, totalidade, contradição, trabalho, luta de classes, ideologia, hegemonia, consciência, conhecimento, trabalho educativo e práticas sociais, entre outras, fazem parte do arcabouço teórico-metodológico da maioria das pesquisas. Mas há um número significativo de investigações que se fundamentam em perspectivas teóricas de cunho etnográfico, fenomenológico e antropológico. São estudos sobre representações sociais, sexualidade, gênero e juventude, entre outras temáticas. *Os estudos sobre educação e/no MST partem sempre do pressuposto de que o MST é oriundo da contradição social e expressa interesses de classe*.

A pesquisa sobre educação rural e educação do campo no Brasil

A pesquisadora Maria Nobre Damasceno é uma expoente nos estudos sobre educação, realidade camponesa e movimentos sociais, especialmente por sua obra de 1990, *Pedagogia do engajamento*. Fundamenta-se no marxismo para discutir trabalho, prática educativa e consciência do campesinato. Ao lado dessa obra, destaca-se *Educação e escola no campo*, organizada por Damasceno e Jacques Therrien (1993), que traz textos sobre a educação no meio rural, a exemplo do texto de Maria Julieta Calazans, que focaliza a marca do Estado na educação rural, além de textos que analisam o cotidiano e o saber social do professor da escola rural e, por fim, trabalhos que discutem a formação do professor da escola rural.

Sobre o estado-da-arte em educação rural, Beserra e Damasceno (2004) demonstraram que a proporção média, ao longo de 1980 a 1990, é de 12 trabalhos na área da educação rural para mil trabalhos nas demais áreas da educação, “uma porcentagem dezessete vezes inferior à do número de habitantes no campo em relação ao da cidade” (p. 77). Para elas, “o desinteresse pela educação rural – e, conseqüentemente, pela pesquisa nessa área do conhecimento – também reflete, obviamente, o limite de pressão dos movimentos sociais rurais sobre o poder público” (p. 78). Segundo as autoras, se nos últimos anos há registros de pesquisa sobre educação no meio rural, muito se deve ao poder de pressão do MST.

Com o aumento do número de programas de pós-graduação, nota-se que a quantidade de pesquisas na área de educação rural diminuiu, tal como mostram Beserra e Damasceno (2004, p. 78): “[...] a porcentagem média de produção de dissertações e teses cai de 2,1% na década de 1980 para 0,9% na década de 1990”. Para elas, esse fato indica um desinteresse pela educação rural. No período de 1980 a 1990, as autoras encontraram 102 teses e dissertações sobre educação rural, localizadas na Região Sudeste (55%), Sul (24%), Nordeste (15%) e 6% no Centro-Oeste.

Em nossa pesquisa, constatamos que, a partir da década de 1990, houve ampliação do número de pesquisas sobre educação rural, porém não é um número suficiente para indicar acréscimo, se comparado com o rápido avanço das pesquisas em outras áreas da educação. Portanto, embora haja crescimento do número de pesquisas, persiste uma marginalidade no debate da educação rural no âmbito da construção de conhecimentos educacionais. Não levantamos dados sobre a educação rural como um todo, ainda que saibamos da existência de estudos sobre pedagogia da alternância, casas familiares rurais, escolas familiares agrícolas etc.

O MST, em função de sua expressiva atuação (demanda, proposição e experimentação) no campo educacional, tem despertado o interesse dos pesquisadores sobre as escolas localizadas em assentamen-

tos de reforma agrária; sobre as escolas itinerantes localizadas nos acampamentos; sobre parcerias entre governos, movimentos sociais e universidades, especialmente projetos de educação de jovens e adultos; cursos técnicos de ensino médio, a exemplo do técnico em administração cooperativa, e cursos de educação superior, como pedagogia da terra.

No movimento de debate e contestação da política de educação rural, empreendido pelos movimentos sociais do campo, emerge uma nova concepção de educação, denominada *educação do campo*, cuja essência se encontra na demanda de uma política pública orientada pelos *próprios* trabalhadores do campo. Autores como Miguel Arroyo, Roseli Caldart e Bernardo Mançano Fernandes têm sido inspiração teórica para os novos pesquisadores que tratam da educação do campo.

A terminologia *educação do campo* fortaleceu-se a partir da I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo, realizada no ano de 1998. A criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), no mesmo ano, despertou o interesse dos pesquisadores pelas parcerias entre movimentos sociais, universidades e governos, especialmente. Na seqüência foram elaboradas coletâneas versando sobre educação do campo que vieram relatar o processo de construção da educação do campo e fortalecer a demanda por políticas públicas. Essa produção de material sobre a educação do campo tem sido recorrentemente citada nas pesquisas atuais sobre educação e/no MST, demonstrando que o arcabouço teórico de muitas teses e dissertações é fortalecido nos trabalhos gerados no movimento social.

A educação do campo tem sido caracterizada como um novo paradigma, que valoriza o trabalho no campo e os sujeitos trabalhadores, suas particularidades, contradições e cultura como práxis, em contraponto ao paradigma da educação rural, vinculado aos interesses do agronegócio, do capitalismo agrário e, conseqüentemente, ao fortalecimento das políticas de esvaziamento do campo.

Assim, na conjuntura atual é pertinente afirmar

que a sociedade civil organizada desperta o interesse dos pesquisadores pelo estudo da *história viva e em movimento*. Assim, os pesquisadores da educação defrontam-se com o desafio de construir uma *pesquisa crítica*. Nesse aspecto, vale lembrar Duarte (2006, p. 98), quando cita três tipos de pesquisa que podem contribuir para a formação do intelectual crítico em educação: o primeiro diz respeito àquelas pesquisas “voltadas para a construção de um discurso pedagógico afirmativo sobre a transmissão de conhecimentos na escola”. Entre os pesquisadores que discutem educação e/no MST, é marcante a valorização da escola como lugar de apropriação de conhecimentos; para tanto, demonstram a necessidade de a escola valorizar os conhecimentos da experiência dos trabalhadores, mas com o intuito de ir além, ou seja, de aprofundar os conhecimentos históricos acumulados pela humanidade. Essa necessidade também é demonstrada pelos trabalhadores quando dão depoimentos sobre a escola que consideram necessária para os filhos. O segundo tipo de pesquisa, “aquelas voltadas para a elaboração de análises críticas das pedagogias subsumidas ao universo ideológico neoliberal e pós-moderno”, não é marcante; já o terceiro, que Duarte denomina “aquelas voltadas para o desenvolvimento de análises críticas da realidade educacional na sociedade contemporânea”, merece destaque. São as pesquisas que demonstram as fragilidades da educação pública nas áreas de assentamentos e que caracterizam as lutas empreendidas no movimento social, para que a escola e a educação formal façam parte da reforma agrária.

Para melhor compreensão da situação das pesquisas sobre educação e/no MST, mapeamos os estados em que elas foram registradas.

Mapeamento das pesquisas sobre educação e/no MST

O Quadro 1 tem o intuito de relacionar a quantidade de pesquisas sobre educação e/no MST nos estados brasileiros ao número de programas de PPGEDs em cada estado.

Quadro 1 – Programas de Pós-Graduação em educação por unidades da federação e quantidade de pesquisas sobre educação e/no MST

UF	Programas	Teses e dissertações
São Paulo	23	32
Rio Grande do Sul	10	30
Rio de Janeiro	9	6
Paraná	7	10
Minas Gerais	6	3
Santa Catarina	6	16
Pará	2	0
Distrito Federal	3	4
Goiás	2	7
Mato Grosso do Sul	2	3
Ceará	2	10
Bahia	1	4
Espírito Santo	1	3
Amazonas	1	0
Paraíba	1	11
Maranhão	1	1
Mato Grosso	1	2
Alagoas	1	0
Pernambuco	1	3
Piauí	1	0
Rio Grande do Norte	1	5
Sergipe	1	0
Total	83	150

Fonte: <http://www.capes.gov.br>. Acesso em: maio 2007 e trabalho de campo.

Nota-se que o maior número de pesquisas se localiza na Região Sul (37,33%), seguida pela Região Sudeste (29,33%). As regiões Nordeste, Centro-Oeste e Norte possuem, respectivamente, 22%, 10,66% e 0,66% das teses e dissertações sobre essa temática. Ao menos três fatores contribuem para a discrepância regional: 1) a concentração dos programas nas regiões Sul e Sudeste; 2) a dinâmica agrária – o acirramento das lutas no campo – nas regiões Sul, Sudeste e Nordeste. Uma vez que o MST iniciou as ocupações de terra nos estados da Região Sul e que as demandas por educação escolar pública também se fortaleceram nessa região, os pesquisadores são motivados a analisar os processos de luta pela educação

e as práticas pedagógicas em desenvolvimento nas escolas localizadas nos assentamentos das regiões Sul e Sudeste, predominantemente; 3) a organização de grupos de estudo e pesquisa sobre educação e movimentos sociais nas universidades brasileiras. A partir de final dos anos de 1990, vários grupos de pesquisa foram consolidando-se, e entre eles estão aqueles que se dedicam aos estudos na área rural, como os que existem na Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Universidade de Brasília (UnB) e Universidade de Santa Catarina (UFSC), para citar alguns. Registre-se a tendência à ampliação do número de pesquisas sobre assentamentos de reforma agrária, MST e educação nos estados do Nordeste brasileiro.

Embora seja pequeno o número de pesquisadores estudiosos de questões rurais, são eles que vêm incentivando os jovens estudantes. Entre aqueles que exercem o incentivo dos jovens pesquisadores podemos citar: no Ceará, as professoras Maria Nobre Damasceno e Eliane Dayse Pontes Furtado, como duas pesquisadoras que se têm dedicado à educação rural; na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) está a professora Maria Socorro Xavier; na Universidade Federal de Sergipe (UFSE), a professora Sonia Meire de Jesus; na UnB, a professora Mônica Castagna Molina; na UNICAMP, a professora aposentada Maria da Glória Gohn; na UFSC, as professoras Célia Regina Vendramini e Sônia Aparecida Branco Beltrame; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a professora Marlene Ribeiro, entre outros pesquisadores, tem-se dedicado à educação rural na atualidade, na perspectiva dos movimentos sociais do campo; portanto, na perspectiva dos próprios sujeitos do campo – os trabalhadores rurais.

As pesquisas sobre educação e/no MST nos programas

Os temas que marcam as pesquisas sobre educação e/no MST podem ser agrupados em função dos objetos de pesquisa. Assim, temos oito eixos centrais:

- 1) *Organização do trabalho pedagógico e projeto político pedagógico* – são pesquisas que se dedicam a compreender o processo pedagógico na escola, o planejamento do ensino, o processo de avaliação da aprendizagem, enfim, o trabalho do professor e do gestor escolar. Dedicam-se à análise do projeto político-pedagógico e das propostas pedagógicas elaboradas pelo MST, em sua relação com o trabalho pedagógico nas escolas rurais.
- 2) *Formação de professores* – são pesquisas que enfatizam o curso de magistério oferecido pelo Instituto de Capacitação e Pesquisa da Reforma Agrária (Iterra); outras que se dedicam a compreender o curso pedagogia da terra e da via campesina; aquelas que buscam compreender parcerias entre governo, movimentos sociais e universidades e as ações voltadas para a formação do professor.
- 3) *Prática educativa e temáticas relacionadas ao PRONERA*. Existem duas dimensões analisadas nas pesquisas: uma diz respeito à prática educativa em sala de aula, seja nas escolas localizadas nos assentamentos e acampamentos, seja nos cursos de formação de professores. Estudos sobre prática educativa e educação de jovens e adultos, no contexto do PRONERA, têm sido frequentes. A outra dimensão diz respeito ao movimento social como processo educativo. São estudos que analisam o discurso do movimento social e sua prática política.
- 4) *Papel da escola e da educação na reforma agrária* – são estudos que focalizam a pedagogia da alternância, a educação escolar, a aprendizagem social, enfim, o papel da escola no MST.
- 5) *Consciência política* – existem estudos que focalizam os trabalhadores jovens e adultos na busca de compreender o que eles apreendem no processo de luta, que consciência surge da experiência no movimento social.
- 6) *Identidade* – reúne estudos que analisam a tra-

jetória das lideranças e sua identificação com o movimento social e outros que buscam compreender a identidade política entre os jovens assentados.

- 7) *Trabalho e educação* – são estudos que, ao discutir formas de produção nos assentamentos, dão ênfase à aprendizagem gerada na prática coletiva, no âmbito da atividade produtiva. Demonstram o quanto as experiências nas diversas formas de produzir no assentamento são educativas.
- 8) *Educação do campo como política pública* – são estudos atuais que se dedicam a compreender a inserção da educação do campo na agenda política e que focalizam experiências – parcerias – em desenvolvimento no país desde o final dos anos de 1990.

Criamos a denominação *Outros* para aquelas pesquisas que fogem à especificidade dos temas listados. Existem exemplos únicos a respeito de determinadas problemáticas, como é o caso da pesquisa de Paula (2005), cujo enfoque é educação ambiental, num tipo de pesquisa-ação; Azevedo Jesus (2003), que opta por um estudo das relações internas e externas que dão conformidade ao MST, seguindo um trilha metafórica na análise da temática, e Vieira (2004), que discutiu juventude e sexualidade, entre outros.¹

Anexamos o Quadro 2, ao final do texto, para listar título, autor, instituição, mestrado ou doutorado e o ano de defesa das pesquisas analisadas, de modo que os leitores possam identificar e localizar os trabalhos.

No que tange aos conhecimentos educacionais construídos nas pesquisas, podemos afirmar que:

- 1) a educação popular se constituiu numa matriz teórica para os primeiros estudos sobre educação e/no MST. Estudos que demonstram

a relação entre trabalho e educação; educação e consciência política; educação e ideologia. De certo modo, os estudos com o enfoque da educação popular focalizaram as práticas pedagógicas não-formais e as experiências educativas organizadas por um coletivo de movimentos sociais, como é o caso do Departamento de Educação Rural (DER). São estudos que demonstram, também, a importância da educação escolar para a classe trabalhadora;

- 2) a prática pedagógica como dimensão da prática social fica comprovada nos estudos que discutem as experiências de educação formal no formato de parcerias, como os cursos de educação superior e os cursos de formação técnica e de magistério, ao lado da educação de jovens e adultos. São investigações que analisam tanto a formação de professores quanto a prática do professor e demonstram a possibilidade de fortalecimento de um paradigma de educação que valoriza o trabalhador do campo e os conteúdos escolares – conhecimentos construídos historicamente. Denunciam as fragilidades dos cursos de formação de professores em desenvolvimento nas universidades, no que tange ao debate da realidade agrária do país;
- 3) a política pública de educação se constrói no encontro – conflituoso e perigoso – entre governos e sociedade civil organizada. É assim que os estudos demonstram a criação dos programas de educação dos trabalhadores do campo, especialmente no final da década de 1990 e início do século XXI;
- 4) na discussão atual sobre educação do campo, os conceitos de trabalho, trabalhador e consciência de classe têm sido essenciais para que as reflexões não venham reforçar a dicotomia campo-cidade. Houve um momento na história do país em que se falou na determinação do campo em relação às cidades; em outro momento, focalizou-se a determinação

¹ As referências completas das pesquisas de Paula (2005); Azevedo Jesus (2003) e Vieira (2004) encontram-se no Quadro 2, anexo ao texto.

das cidades em relação ao campo; houve um terceiro em que se pensou a interdependência campo-cidade. O momento político atual tem fortalecido a categoria trabalho e a educação escolar pública dos trabalhadores, desde reivindicações e proposições que surgem ou são mediadas por eles.

No geral, as investigações partem de uma reflexão ampla dos movimentos sociais de trabalhadores e centralizam a discussão no âmbito das relações locais que envolvem o objeto de pesquisa. A grande maioria dos trabalhos traz um debate sobre a origem do MST e o contexto contraditório no qual ele foi produzido, especialmente o aspecto da concentração da renda/terra.

Cabe destacar a função social das pesquisas. De um lado, elas denunciam a marginalidade da educação do campo nas políticas públicas; denunciam a fragilidade com que a formação de professores tem caminhado e ainda denunciam a precariedade (distância, infra-estrutura, material didático etc.) da realidade de muitas escolas localizadas no campo. De outro lado, elas anunciam as potencialidades das experiências educativas em movimento, a exemplo dos cursos pedagogia da terra, que já somam mais de 20 no país, a exemplo dos projetos desenvolvidos no contexto do PRONERA, cujos pesquisadores bem relatam a difícil relação entre governo, movimento social e universidades e revelam os benefícios que os projetos trouxeram para os assentamentos de reforma agrária – alfabetização e escolarização de jovens e adultos.

Enfoques teórico-metodológicos: avanços e desafios na construção do conhecimento educacional

Constatamos o predomínio de uma diversidade de temas despertando a curiosidade dos investigadores. Como disse Scherer-Warren (2006):

Nos anos recentes, os estudos e pesquisas sobre os movimentos sociais no campo vêm assumindo uma pro-

porção considerável da pesquisa em ciências humanas ou sociais. Isso se deve, em grande medida, pela vitalidade das ações coletivas no campo, especialmente no Brasil, que passaram a ter maior visibilidade na arena política do que a maioria dos movimentos de outra natureza. (p. 117)

Cada um dos assuntos anunciados nas pesquisas só tem vida quando articulado com a realidade conjuntural que lhe deu origem e com a situação estrutural enraizada na sociedade brasileira: a concentração da renda e da propriedade. Os pesquisadores mostram a vivacidade do tema pesquisado quando citam poemas, trazem fotos, mencionam conteúdos de músicas produzidas pelos trabalhadores. Enfim, é uma simbologia que prova a viva realidade interpretada pelos olhos de um sujeito que se faz no processo de pesquisa. É uma simbologia que retrata a cultura como práxis coletiva. A mística, que tem sido objeto de várias pesquisas, é um exemplo de experiência coletiva, pois resgata os valores da resistência na luta pela terra e da permanência nela.

Em síntese, traçamos dez pontos sobre os enfoques teórico-metodológicos, os desafios e os avanços na construção de conhecimentos sobre educação e/no MST:

- 1) predomínio da abordagem qualitativa de pesquisa. São comuns os relatos de participação e vivência do pesquisador no assentamento ou acampamento durante um período de tempo. As técnicas de coleta de dados têm sido caracterizadas por entrevistas, observação e análise de documentos. Os estudos relatam conflitos, contradições, sentimentos, desejos, conquistas, fragilidades etc. daqueles que fazem o movimento de luta pela terra e, nele, a demanda pelos direitos sociais registrados na Carta Magna;
- 2) os textos têm início, na maioria dos casos, com uma descrição sobre a luta pela terra e o surgimento do MST. É comum a utilização das contribuições teóricas da sociologia para fins de caracterização dos movimentos sociais

e, particularmente, do MST. Após 20 anos de efetiva participação do MST na sociedade brasileira e da existência de mais de uma centena de pesquisas somente na área de educação, um dos desafios urgentes é superar a maneira descritiva de tratar a luta pela terra e os autores que a analisaram mas utilizar a categoria totalidade para compreender as relações que caracterizam a luta do MST pela reforma agrária;

- 3) a abordagem teórica é marcada pela utilização de uma diversidade de autores oriundos de diversas áreas do conhecimento, como sociologia, ciência política, filosofia, pedagogia, economia, geografia, história e psicologia, para citar algumas. É um indício de que a perspectiva teórico-metodológica das pesquisas em educação requer o diálogo com outras áreas do conhecimento. As pesquisas que abordam educação e/no MST parecem anunciar uma nova tendência, que não se caracteriza pelo uso exclusivo de categorias de uma única matriz teórica. Existem pesquisas que fazem opção pelo materialismo histórico-dialético e caminham exclusivamente com as categorias analíticas que o caracterizam, porém existem estudos que fazem uso de categorias marxistas para explicar o movimento social numa sociedade contraditória como a brasileira, mas que empregam categorias teóricas de outras matrizes para compreender as relações que se passam no mundo educativo formal ou não-formal que envolve o MST;
- 4) envolvimento ideológico com a problemática da educação do campo e da reforma agrária no país. É comum entre os pesquisadores o interesse em fortalecer as lutas dos movimentos sociais, embora alguns apontem incipientemente os desafios a serem superados;
- 5) todas as pesquisas concordam que o MST tem sua origem na contradição básica da sociedade: concentração da terra e da riqueza. Existem as pesquisas que se dedicaram à com-

preensão das subjetividades de mulheres, das identidades dos jovens e de lideranças, para citar exemplos. Elas requerem perspectivas teóricas próximas à fenomenologia ou abordagens da psicologia social. Conceitos de *habitus* e campo social, de Pierre Bourdieu, foram utilizados na análise da educação no MST. As pesquisas que discutem organização do trabalho pedagógico e a dimensão educativa do MST buscam caminhos teórico-metodológicos no materialismo histórico-dialético, fortalecendo o uso da categoria trabalho como princípio educativo, sustentam suas reflexões nas obras de Marx, Gramsci, Lukács e Paulo Freire, entre outros. Existem pesquisadores que seguem caminhos marxistas, mas em sua vertente histórica, fundamentando suas idéias em autores como Hobsbawm e Thompson;

- 6) no que tange à definição de movimentos sociais, há um conjunto de autores brasileiros mencionados em praticamente todas as pesquisas: Cândido Grzybowski e seu estudo sobre os movimentos sociais do campo; Ilse Scherer-Warren (desde sua primeira conceituação de movimentos sociais até as reflexões mais recentes sobre redes de movimentos sociais); José de Souza Martins e suas reflexões sobre as lutas sociais no campo e a expropriação do camponês; Maria da Glória Gohn e seus debates sobre teorias dos movimentos sociais. Especificamente sobre o MST, são três os autores citados em praticamente todas as investigações: Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile e Roseli Salete Caldart. Como são pesquisadores e militantes do movimento social, isso demonstra o quanto a produção do conhecimento na ação coletiva tem marcado, nos dias atuais, as ciências humanas e sociais, especialmente quando se trata de discutir a realidade camponesa. Quanto à definição de movimentos sociais, alguns autores estrangeiros são referenciados em boa parte das pesquisas: Alain Touraine, Alberto Melucci e Eric

Hobsbawm. Também, E. P. Thompson, no que tange ao debate de classe social, consciência política e experiência;

- 7) quando a discussão é educação, o autor mencionado na grande maioria das pesquisas é Paulo Freire, especificamente sua obra *Pedagogia do oprimido*. Quando se trata de educação do campo, as expoentes são Julieta Calazans e Maria Nobre Damasceno. Quando se trata de educação no MST, a expoente é Roseli Caldart e sua reflexão sobre a pedagogia do MST. Contribuições de autores como Eliane Dayse Pontes Furtado (UFC), Maria Socorro Xavier (UFPB), Marlene Ribeiro (UFRGS), no âmbito da educação e trabalho no campo, também são recorrentes nas pesquisas, de forma regionalizada. Miguel Arroyo, especialmente suas últimas reflexões sobre a educação necessária aos povos do campo, tem sido bastante referenciado;
- 8) a educação do campo tem sido discutida teoricamente pelos pesquisadores vinculados especialmente ao MST. Fernandes é um dos autores que tem enfatizado o desenvolvimento de um paradigma da educação do campo, em oposição ao paradigma da educação rural. A nosso ver, é pertinente *fortalecer, nas pesquisas, o debate sobre o papel da escola e dos conhecimentos escolares como fator de mediação e de superação das condições de exploração e de alienação da classe trabalhadora*. Assim, a luta por educação escolar pública continuará sendo travada pela classe trabalhadora como um todo, e não por seus segmentos, de forma isolada, demarcando as particularidades de cada segmento. Esse é um desafio na construção dos conhecimentos educacionais em educação do campo;
- 9) uma tendência presente nas pesquisas é a menção a teses e dissertações já defendidas. As investigações mais citadas são de autoria de Fernandes (formação do MST); Vendramini (dimensão educativa do MST, consciência de

classe); Souza (formatos organizacionais da produção nos assentamentos e dimensões educativas) e Andrade (educação escolar nos assentamentos). Foram pesquisas defendidas ao longo dos anos de 1990 que marcaram, de certa forma, o início dos estudos sobre o MST e educação na pós-graduação em educação no Brasil, à exceção de Fernandes, cujo trabalho foi defendido na área de geografia;

- 10) as pesquisas têm demonstrado como os avanços da educação do campo se devem às ações dos movimentos sociais organizados. Assim, a relação entre sociedade civil e sociedade política torna-se cada vez mais entrelaçada, em meio aos conflitos ideológicos. Porém, pelas pesquisas, é possível perceber que as atitudes governamentais têm sido encaminhadas muito mais em função da pressão exercida pela sociedade civil, muito mais do que por mudanças de ordem ideológica na esfera governamental.

Referências bibliográficas

- ANDRADE, Márcia Regina de Oliveira. *O destino incerto da educação entre os assentados rurais do estado de São Paulo*. 1993. 286f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.
- ARROYO, Miguel Gonzalez. A escola e o movimento social: relativizando a escola. *ANDE*, n. 12, p. 16-21, 1989.
- ARROYO, M. G.; FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo*. v. 2. Brasília: Fundação Universidade de Brasília, 1999.
- BEISIEGEL, Celso de Rui. *Estado e educação popular*. São Paulo: Pioneira, 1974.
- BESERRA, Bernardete; DAMASCENO, Maria Nobre. Estudos sobre educação rural no Brasil: estado da arte e perspectivas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 73-89, jan./abr. 2004.
- BOMFIM, Maria do Carmo Alves do. *Lutas populares pela escola pública e gratuita em Teresina: o caso dos bairros Lourival Parente e Vila São Francisco/Sul*. 1991. 294f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1991.

- CALAZANS, Maria Julieta. Para compreender a educação do Estado no meio rural. In: THERRIEN, Jacques; DAMASCENO, Maria Nobre (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-40.
- CALDART, Roseli Salete. *Sem terra com poesia*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- _____. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- CAMPOS, Maria Malta. As lutas sociais e a educação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 79, p. 56-64, nov. 1991.
- CAMPOS, Rogério Cunha. *A luta dos trabalhadores pela escola*. São Paulo: Loyola, 1989.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- DAMASCENO, Maria Nobre. *Pedagogia do engajamento*. Fortaleza: EUFC, 1990.
- DAMASCENO, M. N.; THERRIEN, Jacques (Orgs.). *Educação e escola no campo*. Campinas: Papirus, 1993.
- DUARTE, Newton. A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na pós-graduação em Educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 89-110, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.perspectiva.ufsc.br>>. Acesso em: 30 maio 2007.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST: formação e territorialização*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOHN, Maria da Glória. *Movimentos sociais e educação*. São Paulo: Cortez, 1992.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRZYBOWSKI, Cândido. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- HOBBSBAWM, Eric John. *Rebeldes primitivos: estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. *Mundos do trabalho*. Trad. de Waldea Barcelos e Sandra Bedran. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Trad. de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOWARICK, Lúcio (Org.). *As lutas sociais e a cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- LUKÁCS, George. *História e consciência de classe*. Lisboa: Escorpião, 1974.
- MARTINS, José de Souza. *Caminhada no chão da noite*. Emancipação política e libertação dos movimentos sociais do campo. São Paulo: Hucitec, 1989.
- _____. *A chegada do estranho*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário e Cartas a Kugelmann*. Trad. de Leandro Konder. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Trad. de Maria do Carmo Alves do Bomfim. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PAIVA, Vanilda (Org.). *Perspectivas e dilemas da educação popular*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- RIBEIRO, Marlene. Formação, cooperativa e educação escolar: realidades que se complementam ou se contrapõem? In: VENDRAMINI, Célia Regina (Org.). *Educação em movimento na luta pela terra*. Florianópolis: UFSC-CED, 2002. p. 91-110.
- _____. Trabalho-educação nos movimentos sociais populares do campo: a pedagogia da alternância. In: CANÁRIO, Rui (Org.). *Educação popular & movimentos sociais*. Lisboa: Educa – Unidade de I&D de Ciências da Educação, 2007. p. 107-120.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Para uma metodologia de pesquisa dos movimentos sociais e educação no campo. In: MOLINA, Mônica Molina (Org.). *Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 117-132.
- SPOSITO, Marília Pontes. Escola pública e movimentos sociais. *ANDE*, São Paulo, n. 7, p. 15-20, 1984a.
- _____. *O povo vai à escola: a luta popular pela expansão do ensino público em São Paulo*. São Paulo: Loyola, 1984b.
- _____. *A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares*. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SOUZA, Maria Antônia de. *A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema*. 1994. 251f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.
- THOMPSON, Edward Paul. *La formación histórica de la clase obrera*. Barcelona: Laia, 1977.
- TOURAINÉ, Alain. *Poderemos viver juntos?* Trad. de Jaime Clasen e Ephraim Alves. Petrópolis: Vozes, 1999.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *A filosofia da práxis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

VENDRAMINI, Célia Regina. *Ocupar, resistir e produzir – MST: uma proposta pedagógica*. 1992. 184f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 1992.

MARIA ANTÔNIA DE SOUZA, doutora em educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), é professora adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tuiuti do Paraná (UTP) e professora associada da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PR). Publicou recentemente: *Educação do campo*: propostas e práticas pedagógicas do MST (Rio de Janeiro:

Vozes, 2006); *Educação e cooperação em assentamentos do MST* (Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006); *Sociedade e cidadania: desafios do século XXI* (organizado com COSTA, Lúcia Cortes da. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2005). É bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), atualmente finalizando a pesquisa “Educação e movimentos sociais do campo: análise do conteúdo das teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação”.
E-mail: maria.antonina@pq.cnpq.br; masouza@uol.com.br

Recebido em abril de 2007

Aprovado em junho de 2007

Quadro 2 – Teses e dissertações defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Organização do trabalho pedagógico e projeto político-pedagógico			
A organização do trabalho pedagógico na formação de professores do MST: realidade e possibilidade. Mauro Tilton	UFBA	M	2006
A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral. Ilma Ferreira Machado	UNICAMP	D	2003
O projeto pedagógico do MST: a intenção e o gesto. Rosana Mara Chaves Rodrigues	UFBA	M	2003
Projeto político-pedagógico para a escola do campo: dialogando com Paulo Freire. Solange Helena Ximenes Rocha	UFMA	M	2003
O processo de trabalho pedagógico no MST: contradições e superação no campo da cultura. Nair Casagrande (Serviço Social)	UFPE	M	2001
Que fazer pedagógico em acampamento de reforma agrária no Rio Grande do Sul. Darlan Faccin Weide	UFSC	M	2000
O Movimento Sem Terra e a educação: trajetória dos educadores no projeto político-pedagógico da escola do assentamento. Abelardo Luz-SC. Gustavo Sepúlveda	UFSC	M	2000
Formação de professores			
A formação de educadores no espaço dos movimentos sociais: um estudo da I Turma de Pedagogia da Terra da Via Campesina/Brasil. Cecília Maria Ghedini	UFPR	M	2007
A pedagogia socialista e a formação do educador do campo no século XXI: as contribuições da pedagogia da terra. Nair Casagrande	UFRGS	D	2007
Pedagogia da terra: a formação do professor sem terra... Eliéser Toretta Zen	UFES	M	2006
A formação contínua do educador Sem Terra em um assentamento: alcances, limites e perspectivas. Fátima Maria dos Santos	UCSantos	M	2006
A formação política de educadoras e educadores do MST. Lucicléa Teixeira Lins	UFPB	M	2006
Escola Darcy Ribeiro: um assentamento rural, uma história, muitos olhares... reflexões sobre a identidade e as implicações na formação docente – uma professora, uma experiência, um aprendizado. Cláudia Pereira Xavier	UCDB	M	2005

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Formação de professores frente às demandas dos movimentos sociais: indicações para a universidade necessária. Marize Souza Carvalho	UFBA	M	2003
Colaboração educacional como princípio gerador de ações educativas críticas na formação de professores da educação básica do campo. Everton Fêrrê de Oliveira	UFSM	M	2001
Educação, movimentos sociais e formação de professores: o projeto CUIA no contexto da reforma agrária brasileira. Vilmar Bagetti	UFSM	M	2000
Prática educativa, Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), educação de jovens e adultos			
Esperança e persistência: os significados da docência em um assentamento do MST. Maria Jucilene Lima Ferreira	PUC-MG	M	2006
O processo formativo-educativo dos trabalhadores rurais do MST/SE: a prática pedagógica dos monitores-professores. Maria José Nascimento Soares	UFRN	D	2006
Desafios e possibilidades na educação de jovens e adultos no contexto do PRONERA. Lyvia Maurício Rodrigues	UFSC	M	2006
Adaptações do ensino da matemática: uma análise de prática dos educadores do campo. Deise Fontana	UFPR	M	2006
Os processos de formação na educação de jovens e adultos: a “panha” dos girassóis na experiência do PRONERA MST/ES. Edna Castro de Oliveira	UFF	D	2005
O PRONERA e a importância da escolarização na visão de assentados rurais do sertão do Estado de Sergipe. Antônia Fernanda da Silva Santos	PUC-SP	M	2005
Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária: o caso do curso Pedagogia da Terra, da Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres/MT. Marilda de Oliveira Costa	UFRGS	M	2005
Histórias de trabalhadores rurais cruzando-se no passado e no presente: alfabetização de adultos – uma análise das práticas de “colonizadores” e “colonizados”. Arlete Feijó Salcides	UFRGS	D	2005
Instituto de Educação Josué de Castro: Paulo Freire e a Escola Diferente. Marcelo de Faria Corrêa Andreatta	UFRGS	M	2005
Um (re)trato pedagógico a partir do olhar de educadores/as de jovens e adultos do MST. Lúcia Helena Correa Lenzi	UFSC	M	2004
Os impactos do PRONERA no assentamento Reunidas: as relações entre universidade X movimentos sociais X Governo Federal. Antônio Cláudio Moreira Costa	UNESP	D	2004
A alfabetização de jovens e adultos do MST, na perspectiva das variedades lingüísticas. Giovana de Sousa Rodrigues	UFMG	M	2003
Movimento, comunicação e linguagem na educação de jovens e adultos no MST. Samuel Ramos da Silva	UFSC	M	2003
Etnomatemática e a calculadora em um assentamento do Movimento Sem Terra. Rosane da Silva Maestrí	UNISINOS	M	2003
Práticas de letramento no meio rural brasileiro: a influência do Movimento Sem Terra em escola pública de assentamento de reforma agrária. Samuel Pereira Campos (Instituto de Estudos da Linguagem)	UNICAMP	D	2003
Alfabetização de jovens e adultos nos acampamentos e assentamentos do MST na Baixada Fluminense. Ramofy Bicalho dos Santos	UFF	M	2003

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
O processo de alfabetização de jovens e adultos nos assentamentos da reforma agrária na região extremo-norte/ES. Josué Viana Alvarino	UnB	M	2003
A dimensão educativa da mística na luta política do MST. Joselita Ferreira de Lima	UFPB	M	2003
A dimensão educativa da mística sem terra: a experiência da Escola Nacional Florestan Fernandes. Evandro Costa de Medeiros	UFSC	M	2002
Aprendizes da terra: a voz e a resistência do MST na Paraíba. Rita de Cássia Cavalcante	UFPB	M	2002
Eventos de letramento e portadores textuais: a educação de jovens e adultos sem terra no assentamento Che Guevara do MST (Ocara/CE). Sandro Soares de Souza	UFC	M	2002
Curso técnico em administração de Cooperativas do MST: a concepção de educação e a influência no assentamento Fazenda Reunidas de Promissão/SP. José Benedito Leandro	UNICAMP	M	2002
O lúdico e o revolucionário no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: A prática pedagógica no encontro dos sem terrinha. Marcelo Pereira de Almeida Ferreira	UFPE	M	2002
As experiências educativas das crianças no acampamento Índio Galdino do MST. Suzy de Castro Alves	UFSC	M	2001
Educação e reforma agrária: práticas educativas de assentados do sudoeste paulista. Edvaneide Barbosa da Silva (livro)	UNICAMP	M	2001
MST, professores e professoras: sujeitos em movimento. Sônia Aparecida Branco Beltrame	USP	D	2000
A educação de jovens e adultos trabalhadores sem terra: a experiência do curso magistério. Antônio Cláudio Moreira Costa	UNESP	M	1999
Sem terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Luiz Bezerra Neto (livro)	UNICAMP	M	1999
Etnomatemática: as possibilidades pedagógicas num curso de alfabetização para trabalhadores rurais assentados. Alexandrina Monteiro	UNICAMP	D	1998
O cotidiano pedagógico de professores e professoras em uma escola de assentamento do MST: limites e desafios. Isabela Camini	UFRGS	M	1998
Caminhos e descaminhos na construção de uma práxis educativa entre pequenos produtores rurais assentados e técnicos. Nohemy Rezende Ibanez	UFC	M	1995
Papel da escola e da educação na reforma agrária			
Ocupar, resistir e produzir também na educação: uma análise da configuração textual de um material didático produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Lillyan Pereira de Lima	UNIMEP	M	2006
Educação escolar no MST: intencionalidades pedagógicas e políticas. Lindalva M. Novaes Garske	UFG	D	2006
Ocupação da escola e gestão democrática: limites e possibilidades a partir da prática educacional realizada em acampamentos e assentamentos do MST. Fernando José Martins (livro)	UFPR	M	2004
MST, <i>habitus</i> e campo educacional: plantando sementes de uma educação libertadora. Paulo Roberto Palhano Silva	UFRN	D	2004
Uma escola pública para crianças e jovens no campo: desafios, perspectivas e repercussões da LDB nos assentamentos Che Guevara (Itaberai) e São Domingos (Morrinhos) em Goiás. Nilva Maria Gomes Coelho	UCG	M	2003
Escola do MST: uma utopia em construção. Valter Morigi (livro)	UFRGS	M	2003
O senso comum pedagógico: práxis e resistência. Elli Beincá	UFRGS	D	2002
Os sem terra e a educação: um estudo da tentativa de implantação da Proposta Pedagógica do MST em escolas de assentamentos no estado de São Paulo. Sidiney Alves Costa	UFSCAR	M	2002

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Organização social e representação gráfica: crianças da escola Itinerante do MST. Neucélia Meneghetti de Pieri	UFRGS	M	2002
Ocupar, resistir e produzir também na educação: análise do discurso pedagógico do MST. Ivana Acunha Guimarães	UFRGS	M	2001
A trajetória da educação infantil no MST: de ciranda em ciranda aprendendo a cirandar. Neiva Marisa Bihain	UFRGS	M	2001
As escolas de assentamentos no Espírito Santo: da história do MST à formação e práxis dos professores. Adelar João Pizetta	UFES	M	2001
A pedagogia do MST: para além do seu próprio movimento. Sônia Mara Flores da Silva Porfírio	UFMS	M	2001
A educação no contexto histórico de um assentamento de reforma agrária no RS. Ingrit Roselaine Diekow	UFPEL	M	2001
Um estudo da proposta de educação do MST. Maria José Castelano	UEM	M	2000
Escola é mais do que escola na pedagogia do Movimento Sem Terra. Roseli Salette Caldart (livro)	UFRGS	D	2000
Da cultura como mediação à mediação como cultura política: um estudo de recepção com educadores do MST frente aos recursos audiovisuais. Maurício José Siewerdt	UFSC	M	2000
Os sem terra e o desejo de aprender. Rita de Cássia Curvelo da Silva	UFPB	M	2000
Da luta pela educação à educação na luta: memórias, narrativas e projetos dos assentamentos e projetos dos assentados e professores do MST na Fazenda Giacometi. Marli de Fátima Rodrigues	UFF	M	1999
A escola do movimento e o movimento pela escola: um estudo sobre a escola do assentamento Conquista 5 de Maio – Calmon/SC. Joana Célia dos Passos	UFSC	M	1997
Cultura, matemática, educação na luta pela terra. Gelsa Knijnik	UFRGS	D	1995
A terra e o homem. A luta dos sem terra e a educação nos assentamentos do sul do Mato Grosso do Sul. Cláudio Freire de Souza	UFMS	M	1995
Sem escola sem terra: para uma sociologia da expropriação simbólica. Armando Cruz (livro)	UFRGS	M	1994
O papel da escola no interior do MST no Extremo Sul da Bahia. Maria Tereza Lemos Vilaça	UFBA	M	1994
O destino incerto da educação entre os assentados rurais do Estado de São Paulo. Márcia Regina de Oliveira Andrade	UNICAMP	M	1993
Ocupar, resistir e produzir – MST: uma proposta pedagógica. Célia Regina Vendramini	UFSCAR	M	1992
O processo educativo dos agricultores sem terra na trajetória da luta pela terra. David Stival	UFRGS	M	1987
Consciência política			
Escolas dos acampamentos/assentamentos do MST: uma pedagogia para revolução? Leila Floresta	UNICAMP	D	2006
Projeto histórico-socialista e a escola do MST: possibilidade-realidade frente ao projeto histórico capitalista. Lauro Pires Xavier Neto	UFPB	M	2005
A emancipação sócio-educativa de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra na região de Herval: a reinvenção da vida entre o sonho e a enxada. Elizabete da Silveira Ribeiro	UFPEL	M	2004
Experiências sócio-educativas na formação da consciência dos sem terra de Campos de Goytacazes. Celso Acácio Galaxes de Almeida	UFF	M	2004
A construção da identidade cultural-política em escolas de assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: a Escola Municipal de Ensino Fundamental Nossa Senhora de Fátima – Viamão/RS. Ruth Lenara Gonçalves Ignácio	PUC-RS	D	2004
Dimensão política e educativa da música na luta pela terra: aprendendo e ensinando uma nova lição. Vera Lúcia de Lima Silva	UFPB	M	2004

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Somos o que podemos ser, sonhos que podemos ter: o conceito de sociabilidade no grupo de jovens do assentamento Pedro e Inácio – Camarazal/Pernambuco. Danielly Spósito Pessoa de Melo	UFC	M	2003
Criações coletivas da juventude no campo político: um olhar sobre os assentamentos rurais do MST. Celecina de Maria Veras Sales	UFC	D	2003
MST e educação: perspectivas de construção de uma nova hegemonia. Simone Maria de Souza (Serviço Social)	UFPE	M	2003
Os aprendizados da prática coletiva: assentados e militantes no MST. Irene Alves de Paiva	USP	D	2003
Autonomia, cooperativismo e MST: contribuições educativas para pedagogias de levante. Fernando Bomfim Mariana	USP	M	2003
Participação: ainda uma trilha na reforma agrária do Ceará: o Assentamento Santa Bárbara. Maria das Dores Ayres Feitosa	UFC	M	2002
O processo educativo da luta pela terra. Ari Lazzarotti Filho	UFG	M	2000
A formação da consciência política dos jovens no contexto dos assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Márcia Regina de Oliveira Andrade	UNICAMP	D	1998
Autogestão e educação popular: O MST. Robinson Janes	USP	D	1998
Aprendendo andar com as próprias pernas: o processo de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense. Odilon Poli	UNICAMP	M	1995
Educação de líderes dirigentes de trabalhadores rurais: um estudo do discurso sindical. Regina Célia Corbucci	UnB	M	1992
Identidade			
A infância do Movimento em Movimento: linguagem e identidade sem terrinha. Marinete Souza Marques Martins	UFES	M	2006
A construção da identidade na formação do professor: um olhar sobre os alunos do curso de Pedagogia da Terra na UFRN. Gilberto Ferreira Costa	UFRN	M	2006
Processos produtivos e identitários: o caso de um assentamento rural do estado de São Paulo. Mônica Maria Barbosa Leiva de Luca	UNICAMP	M	2005
Como sujeitos que vivenciaram o processo de alfabetização de adultos representam sua nova identidade: reflexões acerca de elementos que constituem a transição do deixar de ser analfabeto para ser alfabetizado. Andréia Barbosa dos Santos	UFPEL	M	2004
Os filhos da luta pela terra: as crianças do MST – significados atribuídos por crianças moradoras de um acampamento rural ao fato de pertencerem a um movimento social. Luciana Oliveira Correia	UFMG	M	2004
O tornar-se sem terra nas contradições de um acampamento/assentamento do MST: a experiência do Oziel Alves II. Isabel Christiani Susnday Berois	UnB	M	2004
Santos do céu, santos na terra: implicações sócio-educativas da pentecostalização de assentamentos rurais em Goiás. Lílian de Castro Junqueira	UFG	M	2003
Movimento dos Sem Terra: um estudo sobre as idéias político-religiosas de algumas lideranças. Claudia Dias Mogrovejo	PUC-Rio	M	2002
Memória coletiva em assentamentos rurais goianos. Margarete Sueli Bertti	UFG	M	2002
A construção da subjetividade de mulheres assentadas pelo MST. Denise Mesquita de Melo	UNICAMP	M	2001
A construção da identidade coletiva dos sem terra: um estudo a partir do cotidiano dos alunos do PRONERA. Maria Iolanda Maia Holanda	UFC	M	2000
Jovens sem terra: identidades em movimento. Maria Teresa Castelo Branco (livro)	UFSCAR	D	1999

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Religião e educação: a face (re)velada do movimento rural. Ineiva Terezinha Kreutz	UFG	M	1999
A formação da identidade coletiva: um estudo das lideranças de assentamentos rurais no Pontal do Paranapanema. Maria Antônia de Souza	UNICAMP	M	1994
Trabalho e educação			
Trabalho e educação do campo: a evasão da juventude nos assentamentos da reforma agrária – O caso do assentamento José Dias. Fabiano Antonio dos Santos	UFPR	M	2006
Quando “trabaiio” é “ensinação pra rude” e estudo é bom “pro caba” conseguir emprego melhor: falas, representações e vivências da educação escolar. Alessandro Augusto de Azevedo	UFC	D	2006
Sociabilidade no Assentamento rural de Santana: terra e trabalho na construção do ser social. Liana Brito de Castro Araújo	UFC	D	2006
Formação para o trabalho no contexto do MST. Naira Estela Roesler Mohr	UFSC	M	2006
Conflito e cooperação: escutas e aprendizagens no Assentamento Sinos. José Carlos da Silva	UFRGS	M	2004
Além da terra: cooperativismo e trabalho na educação do MST. Antonio Júlio de Menezes Neto (livro)	USP	D	2003
A mística, a luta e o trabalho na vida das crianças do assentamento Conquista na Fronteira: significados e produções infantis. Deise Arenhart	UFSC	M	2003
Trabalho, coletividade, conflitos e sonhos: a formação humana no assentamento Conquista da Fronteira. Sandra Luciana Dalmagro	UFSC	M	2002
Pra mim foi uma escola... o princípio educativo do trabalho cooperativo. Carlos Antônio Bonamigo (livro)	UFRGS	M	2002
Cooperação e trabalho na escola do MST: a cooperativa dos estudantes da Escola Agrícola de 1º Grau 25 de Maio. Vanderci Benjamin Ruschel	UFSC	M	2001
Atividades produtivas do campo, Etnomatemática e a educação do Movimento Sem Terra. Helena Dória Lucas de Oliveira	UNISINOS	M	2000
As formas organizacionais de produção em assentamentos rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Maria Antônia de Souza	UNICAMP	D	1999
Terra, trabalho e educação: experiências sócio-educativas em assentamentos do MST. Célia Regina Vendramini (livro)	UFSCAR	D	1997
Educação do campo/política pública			
Educação do campo – limites e possibilidades da Proposta de Concórdia a partir da concepção de escola unitária de Gramsci. Liane Vizzotto Vendrame	UFPR	M	2007
Pedagogias que brotam da terra: um estudo sobre práticas educativas do campo. Carlos Antonio Bonamigo	UFRGS	D	2007
Escola itinerante: uma experiência de educação do campo no MST. Adelmo Iurczak	UTP	M	2007
Educação na reforma agrária: PRONERA, uma política pública? Sandra Maria Gadelha de Carvalho	UFC	D	2006
Educação do campo: demandas dos trabalhadores. Vânia Cristina Pauluk de Jesus	UEPG	M	2006
Semeando educação do campo: a experiência da I Turma de Magistério Norte/Nordeste do MST. Elizabeth Teixeira. Sália Cássia Francelino Ribeiro	UFPB	M	2004
Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil. Luiz Bezerra Neto	UNICAMP	D	2003
A contribuição do PRONERA na construção de políticas públicas de educação do campo e desenvolvimento sustentável. Mônica Castagna Molina (Desenvolvimento Sustentável)	UnB	D	2003
Educação no campo: o caso do assentamento Dona Helena. Débora Regina de Oliveira Fernandes	UFPB	M	2000

Eixo temático/título/autor	Instituições	Nível	Defesa
Outros temas			
Educação ambiental nos assentamentos do MST. Maria Neuma Clemente Galvão	UFPB	D	2006
Educação e sustentabilidade: Assentamento Maria da Paz – João Câmara/RN. Hiramisis Paiva de Paula	UFRN	D	2005
A dialética do trabalho no MST: a construção da Escola Nacional Florestan Fernandes. Roberta Maria Lobo da Silva	UFF	D	2005
Acampamento Manoel Alves Ribeiro: uma saída para o desemprego? Ivana Maria Farias Gomes	UFSC	M	2005
Trabalho e relações de gênero no assentamento Sepé Tiaraju. Moacir Francisco Pires	UFSC	M	2005
A mística e a educação do MST da região noroeste do Paraná. Kiyomi Hirose	UEM	M	2004
Juventude e sexualidade no contexto escolar de assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Rosângela Steffen Vieira	UFSC	M	2004
“Fuxicando” sobre a cultura do trabalho e do lúdico das meninas – jovens – mulheres de assentamentos do MST. Natacha Eugênia Janata	UFSC	M	2004
Navegar é preciso: viver é traduzir rumos... rotas do MST. Sônia Meire Santos Azevedo Jesus	UFRN	D	2003
O educativo das relações de gênero no assentamento Águas Claras: algumas considerações sobre tempo, trabalho e lazer. Carla Patrícia Pintado Núñez	UFRGS	M	2003
Razão e movimento social: as racionalidades vividas do MST. Regina Sueli de Sousa	UNESP	D	2002
O que a universidade pode fazer por nós? Desenvolvendo ações colaborativas com os professores no processo de construção de uma escola pública no assentamento rural Conquista de Jaguarão. Lílian Lorenzato Rodriguez	UFPEL	M	2002
Um olhar sobre a experiência do Departamento de Educação Rural – DER: sonhos, conflitos e aprendizagens. Margarete Terezinha Sirena	UNIJUÍ	M	2002
A pedagogia da alternância na visão dos alunos de assentamentos: um estudo da pedagogia da alternância implantada em uma escola agrícola no estado de São Paulo. Rosemary Trabold Nicácio	PUC-SP	M	2002
A educação da infância entre os trabalhadores rurais sem terra. Luzia Antônia de Paula Silva	UFG	M	2002
O trabalhador com (d)eficiência física na área de assentamento rural. Izaura Maria de Andrade da Silva	UFPB	M	2001
Teatro-educação: uma experiência com o movimento social rural, elaborada. Marcos Aurélio Montenegro Batista	UFPB	M	2000
José Martí Educador: um ensaio sobre seu ideário político-pedagógico. Jair Reck	UFMT	M	2000
Manifestações artísticas do MST: educação, identidade e cultura. Jocenaide Maria Rossetto Silva	UFMT	M	2000
O MST no Ceará: um novo movimento social? Elda Maria Freire Maciel	UFC	M	2000
Educação em saúde: construindo a consciência de cidadania junto às mulheres do assentamento Nossa Senhora Aparecida – Tupanciretã. Zélia Prado de Brun	UFMS	M	1997
Extensão rural: novas perspectivas a partir da situação de assentamento. Maria Cecília Masselli	UNICAMP	M	1994
Sem terra com poesia. Roseli Caldart (livro)	UFPR	M	1987

Fonte: Organização da autora, mediante análise das teses e dissertações, em 2006-2007.

Maria Antônia de Souza

A pesquisa sobre educação e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nos Programas de Pós-Graduação em Educação

Este artigo analisa pesquisas defendidas nos Programas de Pós-Graduação em Educação no Brasil que trataram da educação no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e destaca os enfoques teórico-metodológicos presentes nelas. Discute a temática educação e movimentos sociais do campo com referência em Arroyo, Campos, Gohn, Sposito, Beserra e Damasceno. Demonstra que as pesquisas anunciam problemáticas/objetos de pesquisa que têm estreita relação com a prática socioeducativa no movimento social; evidencia a necessidade de diálogo entre as áreas do conhecimento, em especial a educação e a sociologia; faz uso da abordagem qualitativa de pesquisa e fundamenta as análises no materialismo histórico-dialético, em especial na caracterização do MST por sua expressão de classe.

Palavras-chave: pesquisa; educação; rural e movimentos sociais

Research on education and the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) in Postgraduate Programmes in Education

This article analyses research projects which deal with education in the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), defended in postgraduate programmes in education in Brazil, highlighting the theoretical-methodological approaches which they employ. The theme education and rural social movements is discussed based on authors like Arroyo, Campos, Gohn, Sposito, Beserra and Damasceno. It demonstrates that the research projects present issues/subjects that have a close relation with the social-educational

practices existent in the social movement. It reveals the need for dialogue between the different areas of knowledge, especially education and sociology. It makes use of a qualitative approach and substantiates the analyses in dialectic and historical materialism, especially in the characterization of the MST as an expression of class.

Key words: research; education; rural and social movements

La pesquisa sobre educación y el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) en los Programas de Postgrado en Educación

Este artículo analiza pesquisas defendidas en los Programas de Postgrado en Educación en Brasil que trataron de la educación en el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) y destaca los enfoques teóricos metodológicos presentes en ellas. Discute la temática de la educación y de los movimientos sociales del campo con referencia en Arroyo, Campos, Gohn, Sposito, Beserra y Damasceno. Demuestra que las pesquisas anuncian problemáticas/objetos de pesquisa en la que hay estrecha relación con la práctica socioeducativa en el movimiento social; evidencia la necesidad de diálogo entre las áreas de conocimiento, en especial la educación y la sociología; hace uso del abordaje cualitativo de pesquisa y fundamenta los análisis en el materialismo histórico-dialético, en especial en la caracterización del MST por su expresión de clase.

Palabras claves: pesquisa; educación; rural y movimientos sociales
